

Os “vultos e feitos” de “Alagoinhas e seu município”: uma memória do pós-abolição no interior da Bahia

Aline Najara da Silva Gonçalves*

The “figures and feats” of “Alagoinhas and its municipality”: a memory of the Post-Abolition in the interior of Bahia

Resumo

Américo Barreira foi financiado pelo poder público municipal para escrever a história de Alagoinhas (BA). Em *Alagoinhas e seu Município* trouxe registros de uma cidade cosmopolita e governada por uma elite escravista. Analisar a obra de Américo Barreira perpassa pela ideia de refletir como o poder público alagoinhense, no pós-abolição imediato, elaborou e guardou a história local da segunda metade do século XIX, num período em que as leis emancipatórias davam sinais da degeneração do regime escravista. A análise dessa obra nos coloca diante de uma “história oficial” da cidade, escrita nos moldes das produções encomendadas pelo IHGB e repleta de “pretensões”. Dessa forma, este texto propõe a problematização dos caminhos percorridos para forjar uma história que buscou apagar a presença negra e o escravismo da sua memória.

Palavras-chave: Américo Barreira. Alagoinhas. Pós-Abolição.

Abstract

Américo Barreira was financed by the municipal public power to write the history of Alagoinhas (BA). In *Alagoinhas e Seu Município* brought records of a cosmopolitan city and governed by elite slave. Analyzing the work of Américo Barreira, he goes through the idea of reflecting how the Alagoinhas public power, in the immediate post-abolition, elaborated and kept the local history of the second half of the nineteenth century, at a time when the emancipatory laws showed signs of the degeneration of the slave regime. The analysis of this work puts us before an “official history” of the city, written in the mold of the productions commissioned by the IHGB and full of “pretensions”. Thus, this text proposes the problematization of the paths taken to forge a history that sought to erase the black presence and the slavery of its memory.

Keywords: Américo Barreira. Alagoinhas. Post-Abolition.

* É professora de História do Brasil e História Afro-brasileira e Indígena na UNEB, Campus XIII. Mestre em Estudos de Linguagens, especialista em História Afro-brasileira e licenciada em História, é membro da ANPUH, do GT Nacional Emancipações e Pós-abolição e dos Grupos de Pesquisa Núcleo de Estudos da Política e História Social, Grupo de Estudos Mundos do Trabalho e o Pós-Abolição e do Laboratório de Estudos Africanos e Espaço Atlântico (LEAFRO/UNEB-XIII). No Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alagoinhas (GEPEA), coordena a linha de

pesquisa Estudos Étnico-raciais e Religiosidades. Atuou no documentário *Bênção, Mãe Stella*, é autora dos livros *Luiza Mahin: Uma rainha africana no Brasil* e *Luiza Mahin: A guerreira dos Malês*. Atualmente é doutoranda em História Social no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), onde pesquisa a política da escravidão e os caminhos da liberdade no interior da Bahia. Áreas de interesse: escravidão no século XIX; processo de emancipação da mão-de-obra escravizada; alforrias; Lei 10639/03.



Entender a dinâmica da escravidão no interior da Bahia na segunda metade do século XIX, bem como a autonomia escrava no que diz respeito à conquista da liberdade e da vivência no pós-abolição imediato em cidades além do Recôncavo Baiano e da capital, foram as principais inquietações levaram a pensar e começar a elaborar a pesquisa que abrange o debate aqui apresentado.

Analisar essa dinâmica que envolve a compreensão sobre a política da escravidão em Alagoinhas (BA) parte da intenção de investigar de que modo o poder local, representado por proprietários de terras e de escravos, buscou estratégias para a sustentação do escravismo, apesar das pressões exercidas pelas leis emancipacionistas e pelo poder provincial, especialmente no período pós-1871.¹

Na Vila de Santo Antônio de Alagoinhas, a Câmara Municipal era composta basicamente por “genuínos escravistas” que tentaram a todo custo manter a escravidão na cidade.² Analisar se a produção de uma história local encomendada foi uma estratégia para forjar uma memória de exaltação a esses políticos e seus feitos é a intenção desse artigo e é nessa direção que o olhar se volta tanto à escrita de Américo Barreira, em especial, à sua obra *Alagoinhas e seu município*, quanto ao “trabalho-documentário” *Vultos e Feitos do Município de Alagoinhas*, de Salomão A. Barros.³

- 1 O período proposto se enquadra no que Dale Tomich denominou “segunda escravidão”. Segundo ele, a escravidão moderna não manteve o mesmo perfil do século XVI ao XIX, e as principais mudanças aconteceram com o advento do capitalismo, que levou a uma “formação e reformulação das relações escravistas dentro dos processos históricos da economia capitalista mundial”. Nesse sentido, Tomich aponta que a segunda metade do século XIX foi o apogeu da exploração escravista no Novo Mundo, que determinou, tanto a política quanto as possíveis ações que conduzissem à liberdade do trabalhador escravizado, principalmente por conta da relação intrínseca entre o poder político das câmaras municipais e o poder econômico, representado pelos proprietários de terras e escravos. Cf. TOMICH, Dale W. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: EdUSP, 2011. Já Tâmis Parron afirmou que historiadores norte-americanos utilizaram o termo “política da escravidão” para designar “o conjunto de valores e práticas que direcionava eleitores sulistas dos Estados Unidos a escolher apenas candidatos que não pusessem em questão, na esfera das questões nacionais, a existência do sistema escravista”. Ao transportar o termo para a realidade brasileira, entendeu que esta política se fez presente através da “rede de alianças políticas e sociais que, costurada em favor da estabilidade institucional da escravidão, contava com o emprego dos órgãos máximos do estado nacional brasileiro em benefício dos interesses senhoriais”. Cf. PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p, 17-18.
- 2 BARREIRA, Américo. *Alagoinhas e seu município*. Notas e apontamentos para futuro. Alagoinhas: Typografia do Popular, 1902.
- 3 Na apresentação do seu livro, sob o título “Guia e Incentivo”, Salomão Barros se refere ao seu escrito como um trabalho-documentário: “Gostaríamos de conhecer as omissões que forem registradas pelo leitor e as possíveis lacunas em qualquer dos pontos-de-vista em que seja olhado este trabalho-documentário”. Cf. BARROS, Salomão. *Vultos e Feitos do Município de Alagoinhas*. Salvador: Artes Gráficas, 1979. A análise de Barros será pontual, reforçando o argumento acerca da exaltação de uma memória dos políticos locais e seus feitos inaugurada pela obra de Américo Barreira.

Bacharel em medicina, o cearense Américo Barreira chegou à Alagoínas em 1898, com a incumbência de prestar serviços médicos à população e redigir um relatório a ser apresentado à Inspetoria Geral de Higiene do Estado da Bahia. Além da formação em medicina, trazia em seu currículo a experiência como jornalista. Foi redator-chefe do *Diário de Notícias*, na capital da província, e do *O Popular*, em Alagoínas, o que certamente contribuiu para seu trânsito fácil dentre as elites locais, bem como para a escolha do seu nome na tarefa de registrar os “vultos da época e o progresso da municipalidade”.⁴

Já Salomão Barros, alagoinhense nascido em 27 de junho de 1899, certamente cresceu ouvindo as narrativas contadas a partir das letras de Américo Barreira. Talvez por mera coincidência, quis o destino que também ele fosse editor-chefe do periódico *O Popular*, na segunda fase do jornal. Foi promotor público da Comarca de Alagoínas entre 1931 e 1942, atuou como tesoureiro, escriturário e gerente de agências da Caixa Econômica Federal em Alagoínas e na capital e, nos últimos anos de vida, escreveu *Vultos e Feitos do Município de Alagoínas*, publicando-o setenta e sete anos após o primeiro, que lhe serviu de “direção e estímulo”, atendendo ao desejo expresso por Américo Barreira de que seu livro servisse de “guia e incentivo a qualquer operoso amador ou profissional das coisas baianas”.⁵

A obra do Américo Barreira atende a uma estratégia do poder público alagoinhense para forjar uma memória condizente com os ideais da elite local, buscando ressaltar as glórias e grandes feitos daqueles que controlavam a economia e o poder político municipal e ocultar referências diretas à escravidão.

Conforme mencionado acima, os maiores escravistas eram também os principais representantes do poder político da localidade. A relação entre política e economia leva a supor que a política alagoinhense, especialmente após o fim do tráfico negreiro e em virtude do iminente fim do regime escravista, se articulou no sentido de buscar estratégias para a sustentação do escravismo, garantindo, inclusive, o desenvolvimento de ações que possibilitassem a manutenção do poder e controle sobre os libertos após a obtenção da alforria. Isso pode ser verificado a partir da análise de cartas de liberdade assinadas após 1871 e registradas no cartório da Vila de Santo Antônio de Alagoínas que, contrariando a determinação da Lei do Ventre de limitar o tempo de cumprimento de condições a sete anos, trazem muitos registros com prazos que se estendem até a morte dos proprietários.⁶

4 *Ibidem*, p. 24.

5 *Ibidem*, p. 23.

6 Nota suprimida para não gerar identificação de autoria.

Em 19 de setembro de 1902, a Câmara Municipal sancionou a lei de nº 185, que determinava:

Art. 1º - É concedido ao Dr. Américo Barreira o auxílio de R\$. 500.000 para a publicação de sua obra — *Alagoinhas e seu município* —, sendo obrigado a fornecer ao município 200 exemplares da referida obra.

Art. 2º - Fica aberto para o fim do art. 1º desta lei o crédito respectivo.⁷

Assim, após ser financiado pelo governo municipal de 1902, Américo Barreira elaborou e guardou em *Alagoinhas e seu município* a história de uma cidade próspera, desenvolvida, cosmopolita e voltada ao progresso, painel que se configura desde a sua fundação, em fins do século XVIII, até os anos imediatamente posteriores ao fim do regime escravista.

Neste sentido, a análise da obra de Américo Barreira perpassa pela ideia de refletir sobre os caminhos que o poder público alagoinhense percorreu para elaborar e guardar uma história local que buscou apagar a presença negra e o escravismo da sua memória, garantindo a cristalização de uma “história oficial” da cidade, escrita nos moldes das produções encomendadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Em *O Espetáculo das Raças*, Lília Schwarcz analisou a relevância e a utilização das teorias racialistas no Brasil entre 1870 e 1930 e, para isso, apresentou reflexões a respeito do modo como a intelectualidade brasileira da época lidou com a questão racial, enfocando, principalmente, os espaços oficiais de construção e legitimação da história.⁸ Assim, problematizou a fundação dos Museus Etnográficos, dos Institutos Históricos e Geográficos e das Faculdades de Direito (no Recife e em São Paulo) e de Medicina (na Bahia).

A respeito da fundação do IHGB em 1839, Schwarcz destacou sua função de “guardião da história oficial”, cujo papel, além de construir a história da nação, era o de recriar um passado e solidificar mitos, ordenando os fatos memoráveis, principalmente aqueles que exaltassem as elites intelectuais e econômicas.⁹ Assim, “além do desejo de fundar uma historiografia nacional e original, havia a intenção de não só ensinar e divulgar conhecimentos, como formular uma história que se dedicasse à exaltação e glória da pátria”.¹⁰

7 Cf. Registros de Leis e Resoluções do Conselho de Alagoinhas, 1898-1902. Livro nº 03. Arquivo da Câmara Municipal de Alagoinhas.

8 SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

9 *Ibidem*, p. 99.

10 *Ibidem*, p. 102.



A criação da Revista do Instituto (RIHGB) respondeu a essa intenção, conforme ressaltou Lília Schwarcz. A revista apresentava-se dividida em três partes distintas: a primeira fazia referência a eventos históricos e limites geográficos, a segunda a biografias de brasileiros “distintos por letras, armas e virtudes” e a terceira parte “trazia extratos das atas das sessões que reproduziam o cotidiano do IHGB”.¹¹

A semelhança entre a estrutura da obra de Américo Barreira e a da Revista do IHGB é evidente. Feita sob encomenda e escrita às pressas, *Alagoinhas e Seu Município*, foi tomada como a principal referência acerca da história da cidade.¹² Alagoinhas é ali a personagem de uma narrativa que se desenrola a partir da chegada de um padre português àquelas terras, em fins do século XVIII. Um segundo padre, também português — José Rodrigues Pontes — é quem eleva a capela à categoria de Freguesia de Santo Antônio de Alagoinhas, sendo os limites da freguesia registrados no Alvará de D. João VI, de 07 de novembro de 1816, onde cita os engenhos Orobó, Europa, Engenho Velho e Engenho Barra.

Conforme dito, as partes que compõem o livro em muito se assemelham à estrutura da RIHGB: *Geographia; Dados e Factos; Nosographia*; e por fim, *Comércio, Indústria e Agricultura*. A leitura da obra revela uma narrativa repleta de pretensões.¹³ Apresentar a cidade de Alagoinhas segundo o olhar atento dos homens de poder daquele período certamente foi uma delas.

O capítulo inicial mostra como a os aspectos geográficos, principalmente a existência de grande quantidade de rios e terras férteis foram determinantes para o desenvolvimento econômico da cidade de Alagoinhas, registrada por Américo Barreira, como uma das mais prósperas e desenvolvidas da Bahia à época da escrita, com uma população total de cerca de 30.000 habitantes, dos quais 16.000 residiam na sede.

O cosmopolitismo local destacado por Barreira foi reforçado em registros de outros escritores que por ali passaram naqueles tempos, como é o caso de Euclides da Cunha, que em 1897 surpreendeu-se, ao notar no trajeto que ia de Salvador a Alagoinhas, a existência de muitos engenhos movimentados e plantação opulenta.¹⁴

A referência a datas, fatos e dados históricos é algo que assinala e caracteriza a segunda parte da obra, bem como a lista extensa com biografias dos homens que se destacavam na sociedade, fosse na política, na economia, na imprensa ou na segurança pública, também eles, “distintos

11 Ibidem, p. 109.

12 BARREIRA, op.cit, p. 212.

13 “Tem pretensões este livro”. As palavras iniciais de Américo Barreira evidenciam a intencionalidade de “prestar um derradeiro serviço” à terra que o acolheu. Cf. BARREIRA, op.cit. p.7.

14 CUNHA, Euclides da. Canudos: Diário de uma expedição. São Paulo: Martin-Claret, 2006.



por letras, armas e virtudes”. Políticos, proprietários de terra, senhores de engenho, bacharéis, capitães, coronéis, religiosos e intelectuais alagoanhenses foram lembrados com honras nessa escrita, principalmente no que diz respeito aos feitos que se relacionavam à administração de obras públicas, como a inauguração da estrada de ferro e a construção do hospital de variolosos; ao ordenamento político, como a criação de novas freguesias, a transferência da sede do governo e a adesão precoce ao regime republicano; às estratégias para a urbanização e iluminação públicas, como a construção de casas comerciais e a compra de lâmpadas; ou, ainda, a propriedade de terras e escravos.

Tratando da Revista do IHGB, Schwarcz afirmou que os textos relacionados à geografia perfazem 18% do total e cumprem um papel bastante específico, sendo boa parte deles relacionados a questões territoriais e de limites. No caso do livro de Américo Barreira não foi diferente. A primeira parte corresponde a pouco mais de 10% da obra e é apresentada como um painel informativo acerca da cidade e região.

Como ressaltou Lília Schwarcz, “fazer história da pátria era antes de tudo um exercício de exaltação”. Lembrar era o ponto de partida para “comemorar, documentar e para bem festejar”.¹⁵ Assim, a prática de biografar grandes vultos da história da pátria, garantindo legitimidade a seus pares, bem característica da estrutura interna da Revista do IHGB, também se destaca no registo sobre Alagoinhas. Naquela revista, a apresentação de perfis dos sócios do IHGB não foi aleatória, sendo a maioria deles políticos e proprietários de terra.

As *Notas Biográficas*, conforme mencionado antes, deram destaque aos homens que compunham a alta sociedade alagoanhense.¹⁶ Ali, foram apresentados 144 nomes de “grandes homens”, protagonistas de “grandes feitos”, como o Coronel José Joaquim Leal, o primeiro presidente da câmara municipal, um escravocrata de grandes posses e abastado proprietário de dois engenhos e onze fazendas na região. Em nota explicativa, Barreira justificou-se, desculpando-se pela pequena quantidade de nomes lembrados:

[...] a exiguidade do tempo de que pude dispor para a confecção deste livro não me permitiu colecionar todos os apontamentos que desejava para fazer tão completa quanto possível esta parte, aliás interessantíssima, do meu trabalho.¹⁷

15 SCHWARCZ, op. cit., p. 104.

16 BARREIRA, op.cit, p. 103-149.

17 BARREIRA, op.cit, p. 103.

Conforme destacado por Phillippe Levillain, “curtas notícias biográficas podiam entrar na História. Mas a História não podia caber inteira numa biografia”, ainda que direcionada ao panegírico, como parece ter sido uma das pretensões de Américo Barreira.¹⁸ Levando em conta a justificativa apresentada e o fato de o recurso para a publicação ter sido liberado em setembro de 1902, vê-se que poucos meses se passaram entre sua encomenda e a confecção do livro, no qual o autor afirmou ter dito “a verdade sem propósito de ser agradável a indivíduos, mas firme na intenção de ser útil à coletividade”.¹⁹

Relacionando aqui a “coletividade” aos contratantes dos serviços do médico e jornalista, não é de se espantar que ao longo da narrativa, embora esta se desenrole de fins do século XVIII até os anos iniciais do século XX, a presença negra seja tímida e incômoda. Vale salientar que, como afirmou Schwarczs, a questão racial foi também um incômodo no IHGB. Com relação à população negra, vigorava ali uma visão determinista. Nos artigos do IHGB, os negros representavam uma espécie de grupo incivilizável, cujas populações viviam no estado mais baixo da civilização humana — “Não há dúvida de que o Brasil teria tido uma evolução muito diferente sem a introdução dos míseros escravos negros”, afirmou Karl Friedrich Philipp von Martius num artigo publicado em 1844.²⁰

Aldo José Morais Silva lembrou que a Bahia foi a primeira província a abraçar o exemplo dado pela criação do IHGB, criando também, em 03 de maio de 1856, o seu instituto, que durou até 1877 e foi reinaugurado em 1894, a partir da iniciativa de integrantes da elite local.²¹ Caberia ao Instituto Histórico Baiano (IHB),

[...] produzir a biografia dos homens célebres da Província; formar biblioteca; adquirir, organizar e arquivar documentos de interesse histórico e geográfico, quer para a Província ou para o Império, auxiliando assim o Instituto do Rio de Janeiro; publicar o seu periódico e discutir temas de interesse da instituição, numa clara alusão aos objetivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.²²

18 LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas da biografia. In: René Rémond. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 145. Disponível no site <<https://docslide.com.br/documents/remond-rene-por-uma-historia-politica.html>>

19 BARREIRA, op.cit, p. 149.

20 SCHWARCZ, op. cit., p. 112.

21 SILVA, Aldo José Morais. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: Origem e estratégias de Consolidação Institucional, 1894-1930*. (Tese de Doutorado em História), UFBA, Salvador, BA, 2006.

22 SILVA, op. cit. p. 85.

Cabe sinalizar que, dentre os trinta sócios do IHB em sua reinauguração, “havia um marquês, dois barões, senadores e conselheiros provinciais, oficiais militares e clérigos, além de professores da Faculdade de Medicina da Bahia”²³, possivelmente colegas de trabalho do “ilustrado professor” Américo Barreira, que estudou e lecionou naquela faculdade e se referia a Nina Rodrigues como seu amado mestre. Assim como no IHGB, a questão racial é referencial ao se mencionar a Faculdade de Medicina da Bahia. Naquela instituição, o “cruzamento de raças” era fator determinante para explicar criminalidade, loucura e degeneração.

Numa das poucas passagens em que se refere à gente negra, Barreira descreveu e classifica as doenças que assolavam o município. Neste momento, chamou atenção à má conduta de “certa classe de indivíduos”.²⁴ Ao transcrever o relatório que apresentou à Inspectoria Geral de Hygiene do Estado da Bahia, em 30 de janeiro de 1898, onde registrou a vacinação de crioulos adultos e crianças, reforçou não só a presença de descendentes de africanos na cidade como, implicitamente, os relacionou às pessoas sem senso de higiene e má educação que, segundo o referido doutor, seriam propensos a uma conduta negativa que poderia ser a causadora da epidemia de varíola que devastava Alagoinhas e maculava sua imagem progressista.

Como já mencionado, a referência a datas, fatos e dados históricos é marcante na escrita de Barreira. Os grandes acontecimentos da história da cidade e os homens ilustres são o foco da narrativa. Cabe aqui uma observação: após referir-se à elevação de Alagoinhas à categoria de cidade, Américo Barreira dá um salto de nove anos e silencia o período que se estende entre 1880 e 1889, dando segmento a seu texto sob o subtítulo de *ALAGOINHAS REPUBLICANA*. A respeito da lacuna de nove anos, afirma não ter se dado qualquer fato político digno de referência especial.²⁵ Assim, fica mais uma vez evidente a pretensão de invisibilizar o processo político que resultou na abolição legal da escravidão. Como bem lembrou Michael Pollack, “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”.²⁶ A atenção foi dada à exaltação do regime republicano e à análise completa dos males que a este país havia causado o antigo regime.

Contrariando a narrativa de Barreira no que tange à invisibilidade da população escravizada, parte da imprensa alagoinhense em fins do século XIX noticiava não só a presença de trabalhadores escravizados em Ala-

23 Ibidem.

24 BARREIRA, op.cit, p. 152.

25 BARREIRA, op. cit., p.49.

26 POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. p. 203. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>.



goinhas, como apontava caminhos para a liberdade de cativos. O periódico *A Verdade de 01 de abril de 1882*, deu sinais da atuação da Sociedade Abolicionista Sete de Setembro, que apesar de ter sua sede na capital, atuava também no interior da província. Naquele dia, divulgava-se no jornal um espetáculo realizado em favor da alforria de uma escrava, cujo nome não foi mencionado. A carta de alforria de “João, cabra, solteiro com 27 anos de idade, pouco mais ou menos, matriculado sob o número de ordem na matrícula do termo de Santo Amaro, nº 4826”, escravo de Maria Olindina do Nascimento Benevides foi publicada neste mesmo periódico, bem como um edital do Juizado de Órfãos e Ausentes, que anunciou o recebimento de propostas de arrematação dos escravizados.²⁷

Além dos vestígios apontados por periódicos locais, a análise de Livros de Notas disponíveis no Cartório do 1º Tabelionato de Notas de Alagoinhas dá conta de vasta documentação acerca do escravismo na cidade, variando de escrituras de compra e venda de escravizados, hipotecas de engenhos, até o registro de cartas de liberdade ou procurações para negociação de mão-de-obra escravizada, datadas desde 1854 até a primeira década do pós-abolição imediato.

A Vila de Santo Antônio de Alagoinhas possuía terras muito férteis. A existência de uma quantidade significativa de rios e a fertilidade do solo foram determinantes para o seu desenvolvimento, bem como para instauração da seção da via férrea em seu território, que, após a instauração do prolongamento, chegou a conectar Alagoinhas com a capital e mais de 15 cidades do interior. Tanto no mapa traçado originalmente pela Câmara Municipal quanto na narrativa de Américo Barreira, fica evidenciada a existência de engenhos e fazendas como referências para a demarcação dos limites territoriais da cidade.²⁸

Além da presença de dois dos grandes Engenhos da região ali demarcados, vê-se que a Estrada Real do Sertão cortava o município em direção à capital. Por esta estrada, passava diariamente um grande fluxo de boiadas, tropas e mercadorias. Segundo correspondência do engenheiro Antônio Salustiano Antunes, de Santo Amaro da Purificação, publicada no *Relatório Geral das obras dirigidas pelo Engenheiro Dr. Francisco Pereira de Aguiar do ano de 1853* eram transportados de Santo Amaro para Alagoinhas, diariamente, “1500 animais, guiados por perto de 500 homens”. Antunes ressaltou neste documento a vantagem econômica que uma reforma na estrada traria para todo território que a compreendia, uma vez que “animais e homens utilizados no transporte seriam aplicados

27 Cf. *A Verdade*, Alagoinhas, 11 de fevereiro de 1877. N 15. Série 1ª, bem como *A Verdade*, Alagoinhas, 01 de Abril de 1882. N 208. Anno 5.

28 O mapa com esses limites foi traçado pela Câmara Municipal em 1855, quando Alagoinhas já tinha sido elevada à categoria de vila, portanto município independente, pela resolução imperial nº 442, de 16 de junho de 1852.

à produção na lavoura”, beneficiando os engenhos e fazendas da região, que a “abordam em toda sua extensão”, mandando para o mercado provincial “todos os produtos da sua indústria”.²⁹ Esta declaração permite considerar a importância da região de Alagoinhas para o desenvolvimento das atividades econômicas escravistas da província durante a segunda metade dos oitocentos.

O perfil escravista de Alagoinhas pode ainda ser desenhado quando analisados os *Livros de Registros Eclesiásticos de Terras de 1857 e 1859*. Ali estão mapeados os engenhos e fazendas da região, totalizando mais de quarenta grandes propriedades rurais na então Freguesia de Santo Antônio de Alagoinhas, algumas das quais registrando cerca de 900 e até mesmo 2.770 tarefas de terra.³⁰

Embora não seja a intenção neste artigo avançar a discussão acerca da história da escravidão no município, os dados apresentados permitem entender a Alagoinhas retratada por Barreira como uma cidade letrada, elitista, que teve sua economia sustentada pelo “braço forte do cativo” e pretendia-se voltada ao progresso, apagando a nódoa deixada pela presença negra.³¹

O declínio na produção de engenhos como o Orobó e o Retiro, além de outros tantos que compunham a paisagem alagoinhense, representou, nas palavras de Américo Barreira, o resultado de uma “obsessão cega e teimosia absurda” dos escravocratas. A crise econômica que abateu a região foi fruto do descuido dos antigos senhores de escravos, que não se prepararam para a “transformação radical” anunciada desde 7 de novembro de 1831, quando a primeira Lei de proibição de importação de mão-de-obra escravizada foi promulgada. Prestes a finalizar seu escrito, Barreira citou todos os “golpes” dados nos senhores, como uma tentativa de sacudir-lhes os ombros a questionar o porquê de, “na certeza da perda total e irreversível da propriedade escrava”, foram tomados pelo desânimo e não souberam preparar-se “para o trabalho livre, honrado e produtivo”.³²

29 Cf. - Relatório Geral das obras dirigidas pelo Engenheiro Dr. Francisco Pereira de Aguiar do ano de 1853. In: Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889. Disponível no site da Hemeroteca Digital Brasileira <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=130605&pesq=relat%C3%B3rio%20Geral>> Acesso em 09 de abril de 2016, às 20h 13min.

30 Seção Colonial-Provincial. Série Agricultura. Livro 1 e 2 de Registros Eclesiásticos de Terras, de 1857-1860. Maços 4641 e 4642.

31 BARREIRA, op. cit, p. 207.

32 “Não acreditavam na próxima abolição da escravatura, apesar dos golpes que lhe haviam dado – em 7 de novembro de 1831, abolindo o tráfico de escravos pelo trancamento de portos brasileiros ao comércio da carne humana (Eusébio de Queiroz), em 28 de setembro de 1871 libertando o ventre da mulher escrava (Rio Branco), em 1883 e 1884 com a libertação total do Ceará e do Amazonas (Satyro Dias e Theodureto Souto), e em cidades e municípios inteiros do norte e do sul pelas vitórias consecutivas da propaganda abolicionista, que se alastrava rapidamente, audaz e conquistadora, por todos os recantos do país!”. Cf: BARREIRA, op. cit. P. 207.



A crítica de Barreira recaiu, desse modo, sobre o comportamento inadequado dos senhores alagoanhenses diante da crise financeira que a cidade enfrentava antes mesmo da abolição, e fora agravada pelo 13 de maio. “Como se pode então compreender que antigos e prósperos engenhos estejam hoje se transformando em fazendas de criar e entregues quase exclusivamente a pequenos rendeiros?” – questionou.

A respeito do olhar de homens das Letras, como o Américo Barreira, acerca da escravidão na Bahia, Marcelo Souza Oliveira destacou:

Na Bahia da Primeira República, os homens de letras eram, em sua maioria, membros das famílias tradicionais da época do Império, sendo assim a escrita sobre o passado escravista privilegiava, uma interpretação cujo ponto de vista dos senhores era claramente demarcado. A abolição na Bahia ocorreu de forma traumática para uma elite agrária que esperava manter as relações de dominação mesmo depois do fim do “elemento servil”, mas que teve que conviver com diversas demonstrações de “rebeldia” de muitos libertos desde a década de 1870 até os anos subseqüentes ao pós-abolição. Essa experiência legou a construção de uma memória que procurava negar o protagonismo desses indivíduos e mesmo de seus colaboradores, os abolicionistas.³³

A ação das sociedades abolicionistas, como a já citada Sete de Setembro, bem como as alforrias provenientes do Fundo de Emancipação criado no âmbito da Lei de 28 de setembro de 1871, certamente foram fatores que abalaram os ânimos dos escravistas alagoanhenses. Cerca de 100 trabalhadores escravizados foram libertados em Alagoinhas graças ao Fundo Emancipatório³⁴. Conforme sentenciou Américo Barreira, a propaganda abolicionista se alastrou rapidamente.

No Relatório Provincial apresentado à Corte, em 17 de outubro de 1871, o então presidente da província da Bahia, Francisco José da Rocha, afirmou que a insubordinação já não era um problema na província, especial-

33 OLIVEIRA, Marcelo Souza. *Xavier Marques entre os intérpretes do Brasil: raça e nação na Primeira República*. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2013.

34 Falla com que o Ilm.^o e Exm. Conselheiro Dr. João Capistrano Bandeira de Mello, Presidente da Província, abriu a 2ª sessão da 26ª Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 4 de outubro de 1887. Bahia, Typographia da Gazeta da Bahia, 1887. pp. 129-135. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/163/>.

mente nas propriedades em que se tem “dado ou prometido a liberdade”.³⁵ Alagoinhas pode ter sido uma dessas localidades, pois ao que parece, a incidência de registros de alforrias condicionais, especialmente nos dois primeiros anos após a Lei do Ventre, talvez tenha sido uma prática recorrente para a garantia do controle social e da manutenção da autoridade senhorial.³⁶

Diante do exposto, parece que para Américo Barreira e o grupo que representava, tratar do declínio do Império e do processo de abolição do regime escravista no Brasil era certamente um fato indigno de ser lembrado. Pollack ressaltou que “a vontade de esquecer os traumatismos do passado frequentemente surge em resposta à comemoração de acontecimentos dilaceradores”.³⁷ Talvez, “traumatismos do passado”, que deveriam ser esquecidos pelos senhores alagoinhenses, tenham sido, justamente, o passado escravista e os movimentos emancipacionistas — símbolos do império, do atraso e da degeneração populacional, que em nada se assimilava ao contexto de prosperidade que Alagoinhas exalava —, frente ao “acontecimento dilacerador” que foi a abolição, marco da derrota dos senhores em suas tentativas de manter a escravidão e o controle sobre os indivíduos escravizados e libertos.

A propósito, a população escrava é praticamente invisível neste escrito. A impressão é que Alagoinhas era uma cidade sem escravos! A única referência direta a um escravo na obra de Américo Barreira é feita quando mencionou uma lenda sobre um negro que foi alforriado após fazer uma promessa, num ato de fé e súplica. Alguns pontos merecem ser considerados. Em primeiro lugar, percebe-se que o único escravo que surge na narrativa como personagem, o faz como um mito; alguém que, de fato, não existiu. É a figura do escravo anônimo, em meio a tantos senhores com nome e sobrenome, e aparece muito mais para ilustrar uma história cristã, carregada de fé e benevolência do que para sinalizar ali a existência de uma população escravizada.³⁸

Conforme pontuou Hebe Mattos, a política municipal era um aspecto importante da vida política da Primeira República e o coronel republicano, enfraquecido com a perda da autoridade senhorial após a abolição, preci-

35 Relatório apresentado ao Illm.e Exm. Sr. Dez. João José D’Almeida Couto pelo DR. Francisco José da Rocha ao passar-lhe a administração da Província em 17 de outubro de 1871. p. 04. In: *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA) - 1823 a 1889*. Disponível no site: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=130605&pesq=elemento%20servil>>

36 Nota suprimida para evitar a identificação da autoria.

37 POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989, p. 13. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>.

38 BARREIRA, op. cit., p. 97.



sava agora do poder de administrar as benesses e o poder repressivo do Estado.³⁹ Neste sentido, a obra do Américo Barreira se faz um reflexo da tentativa de manutenção da autoridade e legitimação do discurso desses coronéis, senhores do pós-abolição imediato em Alagoínhas. Retomando Pollack, vale lembrar que “a memória é um fenômeno construído”, especialmente a memória que se pretende oficial, vinculada a propósitos políticos, como esta que ora analisamos. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória, e quando se trata de uma memória coletiva sua estruturação tende a ser fortemente influenciada pelo ponto de vista político e se constitui num objeto de disputa constante.⁴⁰

Conforme sinalizado por Barreira, “tem pretensões este livro”⁴¹, e a intencionalidade da escrita revela que aquele “documento não é inocente”. Como bem lembrou Jacques Le Goff, “o documento é produzido, consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado, tanto para impor uma imagem desse passado, quanto para dizer ‘a verdade’”.⁴² Ao analisar o que denomina “os materiais da memória coletiva e da história”, Jacques Le Goff concebeu a História como a “forma científica da memória” e afirmou:

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.⁴³

Cabe aqui a apropriação de uma questão levantada por Le Goff: “Quem detinha, numa sociedade do passado, a produção dos testemunhos que, voluntária ou involuntariamente, tornaram-se os documentos da história?”⁴⁴ O olhar sobre *Alagoínhas e seu município* encontra neste questionamento e na relação entre a História e a memória coletiva apresentada por Le Goff o terreno fecundo para entender a intenção da obra de Barreira e o que Pollak conceituou como um “trabalho de enquadramento

39 MATTOS, Hebe. Trabalho, voto e guerra civil: algumas considerações interpretativas sobre pós-abolição e coronelismo. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH*. São Paulo, julho de 2011.

40 POLLAK, Memória e identidade social, p. 204.

41 BARREIRA, op. cit., p. 7.

42 LE GOFF, Jacques. *A Nova História*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 54.

43 LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *História e Memória*. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 535.

44 LE GOFF, Jacques. *A Nova História*, p.54.

da memória”; um trabalho que, segundo ele, é parcialmente realizado por historiadores orgânicos e se constitui na tarefa de enquadrar a memória visando a formação de uma história nacional.⁴⁵

Considerando a seletividade peculiar à memória, bem como o seu papel enquanto um elemento constitutivo da identidade individual e coletiva, é possível compreender que a seleção feita por Barreira forjou uma memória a partir do campo de interesses e identificações de um grupo específico, que, naqueles anos, controlava a política, a economia e as relações de poder. Jaques Le Goff afirmou que o documento,

[...] é antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas, durante as quais continuou a viver [...] continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio.

220



Le Goff lembra, ainda, que em fins do século XIX e início do século XX — época que coincide com a escrita do livro em questão —, o documento escrito, ainda que resultasse da decisão de um historiador, apresentava-se por si mesmo como uma prova histórica e sua legitimidade era inquestionável. Vê-se então, que tomada como um documento, a memória escrita por Barreira foi incorporada como uma referência e passou a influenciar as gerações futuras. Cabe aqui retomar as considerações de Pollack sobre a relação entre o trabalho do historiador e o “enquadramento da memória”, o que para ele acaba se configurando como um investimento, uma vez que além de enquadrar esta memória construída, ela passa a operar por si mesma. “Cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização”.⁴⁶

Isso pode ser verificado quando adentrarmos à escrita de Salomão A. Barros. Assim como *Alagoinhas e seu município, Vultos e Feitos do Município de Alagoinhas* traz constantes referências a uma “cidade de tanta gente significativa e boa. [...] nobremente servida por famílias de sobrenome”, como sinalizou Osvaldo Devay de Sousa, na apresentação do livro.⁴⁷

45 POLLAK, Memória e identidade social, p. 206.

46 Ibidem.

47 A julgar pelo sobrenome incomum na região, é possível que Osvaldo Devay de Sousa seja descendente materno de Pedro José Devay, presidente do Conselho Municipal Republicano em 1890 e um dos principais nomes referentes ao movimento republicano em Alagoinhas. Desse modo, percebe-se a perpetuação do interesse de membros da elite local na manutenção da memória de exaltação dos políticos alagoinhenses, a maioria dos quais, proprietários de terras e de escravos. Natural de Alagoinhas, Osvaldo Devay era filho de José Hermenegildo de Sousa. Médico e Bacharel em Direito, era também escritor e “incentivador da boa norma familiar”. Cf. BARROS, op. cit., p. 290.

Determinado aprofundar o escrito de Américo Barreira, Salomão Barros retomou o “mito” da fundação da cidade apresentado anteriormente a partir da chegada de um padre português em fins do século XVIII — um “homem inteligente e de família nobre” —, cuja identidade era até então desconhecida. Barros o identificou como João Augusto Machado e afirmou ter sido informado por intermédio de um [suposto] descendente do vigário. Disse ainda que a ocultação do seu nome por Barreira foi uma tentativa de proteger a descendência que o seguia, algo impróprio para um sacerdote católico.

Thales de Azevedo, no prefácio da obra, afirmou que obras como as de Américo Barreira e de Salomão Barros são concebidas como “monografias municipais”, um gênero que, apesar de se aproximar mais das memórias pessoais, não se desliga dos arquivos. Cabe aqui a problematização de duas questões que persistem no que diz respeito à escrita da História: por um lado, a perpetuação da invisibilização das populações negras, de sua agência e de seu protagonismo em determinados escritos e, por outro, a forma como alguns historiadores, em especial pesquisadores que investigam a história da cidade de Alagoinhas ou temas correlatos, ainda se apropriam das narrativas de Américo Barreira e Salomão A. Barros como referências, não como fontes a serem interrogadas e questionadas.

À luz de Halbwachs, Pollack entendeu que um dos elementos constitutivos da memória são os “acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer”, bem como por pessoas, personagens e lugares. Ao que parece, tratar da trajetória e da memória histórica das populações negras ainda é um desafio. Como assinalou Ana Rios e Hebe Mattos, “com a abolição do cativo, os escravos pareciam ter saído das senzalas e da história”.⁴⁸

O “paradigma da ausência” relacionado aos trabalhadores escravizados é o ponto central da crítica feita por Álvaro Pereira do Nascimento, que discutiu o silenciamento acerca do trabalhador negro nas últimas décadas do século XIX e no pós-abolição, em especial, pela historiografia que se destina a investigar os “mundos do trabalho”. Segundo ele, ainda persiste na produção historiográfica uma recusa a enegrecer que reforça o embranquecimento. “Que dificuldades citam os historiadores para não incluir essa urgente discussão em suas pesquisas?”, questionou. Um dos caminhos apontados por Nascimento para quebrar este paradigma diz respeito à problematização do que a História “diz” sobre o negro e sobre o que “deveria dizer” e, em especial, à crítica das fontes, principalmente no que tange aos quesitos cor/raça/classe.

48 RIOS, Ana Maria e MATTOS, Hebe. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, p. 170-198.

A propósito da análise documental, é oportuna a crítica relacionada às apropriações dos escritos acerca em *Vultos e feitos e Alagoinhas e seu município*. Ao serem tomados como referências em pesquisas e investigações históricas que têm como propósito o fazer historiográfico sobre a cidade de Alagoinhas, o historiador deve atentar para não incorrer no equívoco de tomá-las como verdades incontestáveis, desconsiderando, conforme pontuou Pierre Nora, que “há tantas memórias quantos grupos existem”, de modo que nenhuma fonte deve ser utilizada sem que seja problematizada e, em certa medida, questionada.⁴⁹

É a crítica à fonte que nos permite “explicar as lacunas da história e assentá-la tanto sobre esses vazios quanto sobre os cheios que sobreviveram”⁵⁰. Sendo assim, é tempo de desenquadrar memórias que silenciam e ocultam personagens, pessoas e lugares. É tempo de (re)escritas, (re)descobertas, (re)existências; tempo de desarquivamento de narrativas e (re)conhecimento de sujeitos e experiências invisibilizadas pela História... Tempo de revelar as memórias ocultadas em favor daquelas protegidas por poderosos guardiões.



49 NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993. P.7-28. Disponível no site <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>.

50 Idem.